

## RESUMO DA MATÉRIA EM PAUTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

**Dia 13.12.2022 (1ª Sessão Extraordinária)** – Matéria em Pauta composta das Atas da 1ª e 2ª Sessões Extraordinárias Remotas, do dia 07.12.2022 que foram aprovadas por unanimidade de votos; Projeto de Lei nº 055/2022 - Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Ananindeua, para o exercício financeiro de 2023, e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em segunda votação; Projeto de Lei nº 065/2022 - Altera dispositivo da Lei no 2.355, de 16 de janeiro de 2009, que Instituiu o Plano de Cargos Carreira e Remunerações dos Servidores do magistério público de Ananindeua, para inclusão de dispositivo, e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em segunda votação; Parecer nº 193/2022 da Comissão de Constituição e Justiça; Parecer nº 145/2022 da Comissão de Finanças e Orçamento; Parecer nº 091/2022 da Comissão de Administração Pública e Parecer nº 143/2022 da Comissão de Redação Final, que foram aprovados por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Lei nº 058, 29 DE AGOSTO DE 2022. Dispõe sobre a Alteração da Lei Municipal nº 2.706, de 03 de outubro de 2014, que Institui o Estatuto dos Servidores da Guarda Civil Municipal de Ananindeua, e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em primeira votação; Parecer nº 186 /2022 da Comissão de Constituição e Justiça; Parecer nº 138/2022 da Comissão de Finanças e Orçamento; Parecer nº 090/2022 da Comissão de Administração Pública e Parecer nº 139/2022 da Comissão de Redação Final, que foram aprovados por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Lei Complementar nº 076/2022 - Altera dispositivo da Lei Complementar no 2.586, de 3 de setembro de 2012, que dispõe sobre a consolidação, alteração e atualização da legislação previdenciária do município de Ananindeua, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em primeira votação; Parecer nº 187 /2022 da Comissão de Constituição e Justiça; Parecer nº 139/2022 da Comissão de Finanças e Orçamento; Parecer nº 008/2022 da Comissão de Educação e Parecer nº 140/2022 da Comissão de Redação Final, que foram aprovados por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Lei nº 079/2022 - Dispõe sobre a Alteração da Lei no 3.264, de 17 de agosto de 2022, que “Dispõe sobre a Normatização do repasse de valor, como forma de reconhecimento do mérito aos servidores lotados em escolas vinculadas ao sistema municipal de ensino que tenham alcançado o melhor Índice do Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB no âmbito do programa Movimento Educa Ananindeua, no município de Ananindeua”, e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, em discussão, a vereadora Pastora Ray disse que o piso do magistério era quase impossível acontecer. Às vezes o professor não conseguia apoio. A escola estava ansiosa para que fosse aprovado. O prefeito está dando esse passo de ampliar diferentemente a forma de prestigiar e contemplar os funcionários. Parabenizou o prefeito por isso, o projeto foi aprovado por unanimidade de votos – em primeira votação; Parecer nº 194/2022 da Comissão de Constituição e Justiça; Parecer nº 146/2022 da Comissão de Finanças e Orçamento; Parecer nº 092/2022 da Comissão de Administração Pública e Parecer nº 144/2022 da Comissão de Redação Final, que foram aprovados por maioria de votos – Assunto: Projeto de Lei Complementar n.º 080, de 7 de dezembro de 2022. Altera a Lei

Complementar nº 3.190, de 05 de novembro de 2021, que dispõe sobre a Taxa de Manejo de Resíduos Sólidos e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, em discussão, o vereador **Bob Flay** disse que não pode votar a favor deste projeto. Tem respeito pelo prefeito, mas tem plena convicção que não é de interesse da população pagar mais um tributo. Citou um artigo da Constituição Federal que diz que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado essencial a uma sadia qualidade de vida, impondo ao poder público o dever de defendê-lo e preservá-lo. Disse que seu pensamento em relação ao assunto é de que os direitos devem ser arcados pelo que já se arrecada no Brasil. Este é um país que mais paga impostos no mundo, e se começar a tributar todo direito constituinte, será um absurdo. Informou saber que há uma lei federal que ampara essa tributação pelos municípios, mas também disse conhecer que o atual governo nunca foi amigo do meio ambiente, logo essa lei é uma falha, o que abre um precedente muito grande. Por exemplo, a população de determinado município pode reclamar das péssimas condições de coleta de lixo Pastora Ray não haver taxaçoão desse serviço. Acha que é um erro esta Câmara aprovar este projeto; a vereadora **Pastora Ray** disse que todo e qualquer serviço prestado tem seus valores. A taxa dos resíduos sólidos já existia e estava defasada. Vive-se uma grande dificuldade por conta de lixo neste município. Informou que essa gestão precisou aumentar a quantidade de coletas do lixo por causa do grande acúmulo. A cidade precisa apresentar um melhor aspecto de limpeza, por isso requer dinheiro. A taxa já existe, não se trata de uma criação. Trata-se de uma atualização, o projeto foi aprovado por maioria de votos – em primeira votação; Parecer nº 195/2022 da Comissão de Constituição e Justiça; Parecer nº 147/2022 da Comissão de Finanças e Orçamento; Parecer nº 093/2022 da Comissão de Administração Pública e Parecer nº 145/2022 da Comissão de Redação Final, que foram aprovados por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Lei Complementar n.º 081, de 7 de dezembro de 2022. Altera e inclui dispositivo da Lei Complementar no 3.206, de 13 de dezembro de 2021, que modificou o Código Tributário Municipal, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em primeira votação; Projeto de Lei nº 032/2021 – Institui no âmbito do município de Ananindeua, o programa Rua para todos e dá outras providências, de origem do Poder Legislativo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em segunda votação; Projeto de Lei nº 055/2021 – Dispõe sobre o descarte e separação do lixo reciclável, orgânico e similares no Município de Ananindeua por parte dos condomínios, e dá outras providências, de origem do Poder Legislativo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em segunda votação; Projeto de Lei nº 132/2022 - "Estabelece diretrizes para a Política Municipal de Assistência a Cuidadores de modo a promover e estimular a qualificação desta atividade no âmbito Municipal e dá outras providências", de origem do Poder Legislativo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em segunda votação; Parecer nº 177/2022 da Comissão de Constituição e Justiça – Assunto: Projeto de lei nº 173/2022 Criação da Frente Parlamentar de Fomento à Cultura, de origem do Poder Legislativo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em segunda votação; Projeto de lei nº 174/2022 – “Declara de Utilidade Pública para o Município de Ananindeua, o "Instituto Social, Cultural e Educacional Novos Tempos", e dá outras providências, de origem do Poder Legislativo,

que foi aprovado por unanimidade de votos – em segunda votação; Projeto de lei nº 175/2022 – Altera a denominação da Alameda da Paz, para Alameda Ivanildo Araújo, e dá outras providências, de origem do Poder Legislativo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em segunda votação; Projeto de Lei nº 179/2022 – Altera a denominação do Loteamento Muralha para Loteamento Vitória Cajuí, e dá outras providências, de origem do Poder Legislativo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em segunda votação; Projeto de Lei nº 181/2022 – Dispõe sobre a inclusão do "Carnanindeua" no Calendário Oficial do Município de Ananindeua e o modelo de evento que deve ser seguido, e dá outras providências, de origem do Poder Legislativo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em segunda votação; Projeto de Lei nº 182/2022 – Reconhece o Cristianismo como Manifestação Cultural, de origem do Poder Legislativo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em segunda votação.